

Fabienne Wateau, **Conflitos e Água de Rega: Ensaio sobre a Organização Social no Vale de Melgaço**, Lisboa, Publicações Dom Quixote (coleção «Portugal de Perto», 39), 2000, 291 páginas.

O presente volume constitui a versão portuguesa reformulada da tese de doutoramento da autora, defendida em Dezembro de 1996 na Universidade de Paris X (Nanterre), sob o título *Antagonismes et irrigation: organisation sociale d'une communauté paysanne du Nord-Ouest du Portugal* (2 tomos) (UMR 116/Laboratoire d'Ethnologie et de Sociologie Comparative). Trata-se de uma obra sólida, coerente e madura baseada em visitas estivais prolongadas a Melgaço ao longo de vários anos (principalmente 1989--1993, seguidas de um retorno em Junho de 1999). A análise foca dois tópicos centrais: em primeiro lugar, descreve com minúcia as técnicas locais e práticas quotidianas, compondo um sistema altamente complexo de irrigação aldeã; em segundo lugar, tece uma interpretação ou «leitura» da estrutura social global de quatro comunidades rurais (freguesias de Chaviães, Roussas, Remoães e Penso) como sendo de carácter *agonístico*, devido ao significado excepcional da água (tanto no campo material como no simbólico) como recurso simultaneamente social, económico e até psicológico.

Divide-se em quatro partes principais, cada uma concentrando a atenção, respectivamente, em: (a) o *habitat* agrário local e aspectos es-

pecíficos de actividades de irrigação; (b) a íntima relação entre o parentesco e os direitos à água; (c) os conflitos e disputas; (d) a ideologia de valores «agonísticos» que derivam das práticas de utilização da água. A autora desenvolve uma abordagem empírica altamente controlada e equilibrada de precisamente como uma vasta gama de elementos do sistema estival de irrigação penetra uma série de vectores que caracterizam a estrutura social como um todo. De início, citando Marcel Mauss, afirma: «A rega é não só um facto social, na medida em que envolve os seus agentes numa mesma actividade estival, fazendo com que mantenham regularmente entre si e com os outros diversas relações de troca, mas também um facto social total, uma vez que atinge todos os domínios da vida social: o jurídico, o económico, o religioso, o parentesco, a ética e as representações simbólicas» (p. 18). Um pormenor que se destaca encontra-se na oscilação constante, e simbiose, entre hierarquia e equidade/equitarismo¹ expressa através de uma ideologia de reivindicação: tal confere uma natureza marcadamente acéfala aos lugares estudados, onde, na vida quotidiana e nos ciclos sazonais, os desacordos e animosidades são resolvidos sistemática e exclusivamente no interior das esferas sociais de comunidades camponesas relativamente homogéneas.

¹ Dedicando a autora numerosos comentários cuidadosos aos significados das palavras *igualdade* e *igualitarismo*.

O volume é profusamente ilustrado com diagramas, mapas, fotografias², reproduções de documentos locais e folhas de papel geralmente elaborados em rascunho manual. Bibliograficamente, demonstra um domínio sofisticado de um largo leque de referências etnográficas relevantes, tanto publicadas em Portugal como nas tradições francesa e inglesa. A análise não se concentra obsessivamente nem na descrição etnográfica nem na teorização da mesma, assim conseguindo de forma algo harmoniosa uma junção feliz de dois fios analíticos nem sempre tão bem unidos.

A boa pesquisa sempre estimula debate e, em termos hermenêuticos, múltiplas possíveis leituras do texto de um dado autor. Chamaram-nos a atenção particular quatro questões teóricas principais, que poderão servir como pontos referenciais de discussão.

1. Na sua monografia polémica de 1961 sobre uma aldeia de Sri Lanka (Pul Eliya)³, o antropólogo britânico Edmund Leach afirmou — não sem uma boa dose de ironia — que a água corre em direcção de-

² As imagens fotográficas — tanto das pessoas locais em posições de tarefas de irrigação como das pedras e outros objectos empregues nas práticas de condução da água — indicam uma relação bem próxima entre a antropóloga e os informantes, fruto da metodologia clássica de observação participante no seu melhor sentido etnográfico: a junção de descrição pormenorizada, partilha activa dos processos agrícolas e empatia humana.

³ *Pul Eliya: A Village in Ceylon — a Study of Land Tenure and Kinship*, Cambridge, Cambridge University Press.

crescente e que, *ergo*, os antropólogos deveriam prestar maior atenção a tais factos práticos e ecológicos do que à fabricação de mapas cognitivos de parentesco de natureza labiríntica. Estes últimos, mantinha, acabavam por ter pouca realidade verificável fora da cabeça do próprio antropólogo. Fabienne Wateau evitou esta postura teórica extremista, permitindo-nos ao mesmo tempo ver exactamente como a irrigação funciona no terreno em meia dúzia de situações etnográficas e como os indivíduos locais avaliam e manipulam o poder simbólico da água. Às palavras dos actores sociais e aos seus valores é concedido igual peso ao lado das actividades agrícolas observadas e registadas. O tratamento dos dados do parentesco é convincente e, seguindo Leach, ancorado na análise de apenas uma reduzida série de aspectos de transmissão e aliança; mas, assim, privilegiando só certos ângulos do parentesco, a autora mantém uma visão desta dimensão familiar que, embora seja mais prudente e segura, permanece globalmente menos exhaustivamente analisada do que as tarefas de irrigação. Voltaremos a este tema no ponto 3 a seguir.

2. Um problema algo irritante reside na forma através da qual o *locus* de estudo se desenrola a diferentes níveis ao longo da exposição: há, de facto, verdadeiramente três campos entrelaçados: (a) quatro freguesias focadas microscopicamente; (b) o total de 18 freguesias compreendidas

no concelho de Melgaço; (c) o Minho como província ou região. Não nos é dado, porém, um panorama consistente e completo das características gerais destas freguesias; tal parece-nos drástico para o argumento central em torno da água, no sentido de que o leitor seja impedido de «ver» os formatos locais do sistema de posse da terra e a composição social dos grupos domésticos. A água é eminentemente visível; mais obscura parece a terra por onde ela corre. Uma descrição geral das quatro freguesias destacadas teria ajudado bastante. Em certos momentos postula--se o «individualismo do Minho» sem bases suficientemente comprovativas. (Uma curta digressão: não estamos necessariamente num mundo pós-moderno ou surrealista, onde as imagens e as fabricações retóricas galopam à frente da suposta realidade e onde o terreno desaparece, substituído por fantasias de biblioteca. Antes, Fabienne Wateau parece preferir o hipermodernismo seguro de Leach, designando as práticas e categorias linguísticas locais com perfeição. Porquê então aceitar designações exteriores algo fantasistas como «individualismo»? Os habitantes do Alentejo, em comparação, seriam forçosamente «colectivistas»?)

É flagrante o facto de se tratar de pequenos proprietários, mas faltam dados sobre as suas explorações, as casas e o trabalho agrícola *fora* dos contextos singulares da água. Apesar da discussão de materiais históricos, as práticas de irrigação salientam-se com clareza modelar, mas outras características da estrutura social do campesinato são ape-

nas apontadas fugidamente ou deixadas invisíveis. Note-se que, como nos seus comentários preliminares frisa o geógrafo Michel Drain, tal focagem não constitui um problema de maior num estudo temático, da mesma forma que o constituiria dentro dos moldes de uma *monografia*. A autora defende-se cedo no texto: «O presente trabalho não é uma monografia; tem mais afinidades com um estudo temático articulado em torno de um argumento» (p. 24).

3. Três procedimentos metodológicos levantam problemas de dimensão menor. Em primeiro lugar, o número de exemplos de rotações de irrigação parece algo excessivo (tendo sido este número, ele próprio, reduzido na passagem da dissertação para o presente volume!). Os meus ouvidos de leitura norte-americana designariam esta proporção de ilustrações *overkill*. Segundo, um certo número de documentos das classes sociais eruditas é examinado, mas as suas fontes raramente se sujeitam a contextualização rigorosamente crítica. Até que grau podemos «depende» do ponto de vista ou da lente do compilador do documento? Será que as fontes que foram compiladas por agricultores são também susceptíveis de «erro» ou de problemas de interpretação⁴? Terceiro, a autora parece aderir a um mito histórico-legal centrado na abolição do sistema

⁴ Porquê a falta de precisão, por exemplo, com um documento sobre as *levadas* dos Serviços de Hidráulica de 1967, um *rol* de 1897 e outros *róis*, notas individuais de tipo *aide-mémoire* (1925) e um documento mais recuado de 1674?

de *morgadio* em 1863, imediatamente anterior ao Código Civil de 1867, que, supostamente, é tido como propulsor da instalação do sistema de partilhas obrigatoriamente equitativas entre os herdeiros. Como demonstra Wateau, bem posterior a 1863, as famílias (digo, os cônjuges) podiam ainda transmitir legados preferenciais às filhas; mas não é também o caso que o inverso podia ter acontecido? Ou seja, seguindo as indicações da investigação de Fátima Brandão⁵ sobre a zona de Vieira do Minho, nunca deveríamos esquecer que, desde as *Ordenações Afonsinas* de 1446-1447 (senão ainda anteriormente), *a partilha equitativa era sempre apenas uma entre várias opções*, mesmo se as classes abastadas tendiam idealmente a seguir práticas de primogenitura⁶. Não parece haver prova histórica de que substanciais grupos de camponeses em Portugal (ou

mesmo no Minho), anteriormente a 1863, não punham em uso (ocasional ou até frequentemente) práticas de partilha igualitária. Este ponto teórico iria reforçar a análise da autora das formas homogêneas, equitativas e não autoritárias de cooperação rural.

Ou seja, parece ter havido por parte da autora uma aceitação tácita do suposto «branqueamento» das formas de transmissão resultantes das medidas legais de 1863 e 1867. Mas terá sido tão uniforme como isso — após essas datas — a aderência à «lei» de partilhas iguais entre todos os herdeiros? E, paralelamente, contrariando o sentido unívoco do processo⁷, a *tabula rasa* aparentemente instalada em 1867 pelo Código Civil não deve descurar que, anteriormente, várias formas de partilha (equitativas, bem como semiequitativas ou preferenciais) também foram provavelmente praticadas. Sentimos que a autora toma, eventualmente, demasiadamente à letra a medida jurídica aparentemente instaurada em 1867. Isto é, a *lei* pode tanto ser invocada em matéria de sucessão e herança como evitada ou contornada, como igualmente demonstrou comparativamente, a nível europeu, Georges Augustins⁸. Tais formas subtis e prolongadas de

⁵ «Sucessão, herança e propriedade rural minhota: algumas questões e um caso sobre o impacto do Código Civil de 1867», in Brian Juan O'Neill (org.), *dossier* «Família e herança em Portugal: I Sucessão, herança e fragmentação; II Famílias, casas e localidades — perspectivas diacrónicas», in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 37 (fasc. 1-2 e 3-4), 1997, pp. 197-246.

⁶ Veja-se, embora para outra região do Noroeste, a variedade de opções e escolhas empregues por diferentes camadas rurais descrita por Karin Wall, *Famílias no Campo: Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Dom Quixote (coleção «Portugal de Perto», 38), 1998. Para o Alto Minho, mais próximo das freguesias em questão, v. a obra recente de Colette Callier-Boisvert, *Soajo: Entre migrations et mémoire — Études sur une société agro-pastorale à l'identité rénovée*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1999.

⁷ Uma leitura atenta dos estudos etnográficos de Béarn (1962) e Cabília (1972) de Pierre Bourdieu revela que os camponeses não utilizam apenas estratégias *sociais*, mas também passos *legais*, quando os interesses individuais e grupais estão em jogo.

⁸ Em particular, *Comment se perpétuer? Devenir des lignées et destins des patrimoines dans les paysanneries européennes*, Nanterre, Société d'Ethnologie, 1989.

«elasticizar a lei» são lindamente ilustradas nos exemplos de Wateau da aquisição de terras em Melgaço através da estratégia de usucapião. Porquê não admitir que tais manipulações igualmente vigoravam, embora porventura com expressão diferente, anteriormente à década de 60 do século XIX?

4. Um ponto final diz respeito a um ligeiro desequilíbrio entre os dois tópicos principais do volume: a irrigação e o antagonismo. Este último permanece inelutavelmente remetido para o fim e — mesmo que subtilmente — diminuído em importância, porventura devido à miopia microscópica do vídeo analítico de Wateau focado na primeira. No entanto, as análises das práticas locais associadas ao vocabulário indígena são francamente enciclopédicas: é o caso, entre outros exemplos, das palavras *levada*, *corga*, *giro*, *rol*, *rego*, *poça*, *terço* e *herdeiro*. Concordamos plenamente com as reservas da autora em torno dos perigos de situar as freguesias estudadas dentro de um contexto «mediterrânico». Porquê invocar sistemas mediterrânicos de *honra e vergonha* quando as características culturais deste canto do Minho manifestam aspectos mais reminiscentes da Europa atlântica, delineado tão bem por Orlando Ribeiro já em 1945? Podemos legitimamente transitar tão facilmente de uma prática agrícola para uma identidade («identidade fundada sobre o direito à água») quando o referente para essa identidade é emprestado do Norte de África?

A autora pondera: «Com efeito, em Melgaco, acho que nada é muito

mediterrânico [...] A sua situação no extremo Noroeste de Portugal, num anfiteatro montanhoso que retém os ventos e as chuvas do Oceano Atlântico, confere-lhe as características de uma terra atlântica: a sua paisagem não é a das oliveiras, amendoeiras, figueiras, sobreiros e parcelas de terra amarelecidas pelo sol, mas a dos eucaliptos, carvalhos, faias, mimosas e pastagens de erva abundante onde bois e carneiros pastoreiam no Inverno. Lá a água não é escassa, mas abundante, as secas verdadeiras só excepcionais. Do mesmo modo que a terra, as pessoas não podem ser consideradas mediterrânicas, pelo menos no sentido em que é concebido pelos mediterrânicos: o seu comportamento agonístico não é motivado por sentimentos de honra, não há reparações feitas em nome da família e não se ganha a estima dos outros por acções que pressuponham a superação de si próprio. Terra e homens pertencem ao «Portugal Atlântico» de que nos fala Orlando Ribeiro (1987), a inscrição técnica e teórica deste espaço reporta-se directamente à sua realidade física e social» (pp. 32-33).

Especificando melhor mais tarde no texto, numa citação-chave, a autora assinala o carácter sumamente individual das discórdias locais: «Em Melgaço pode haver confronto violento e às vezes morte de homens, mas nunca há sentimento de vingança ou de *vendetta* (à semelhança da honra do Mediterrâneo); além disso, desafiar não é apanágio de uma classe social (como na época da nobreza de capa e espada, por exemplo), nem mesmo exigido por uma família ou por um

grupo (à semelhança das actuais sociedades do Magrebe). Pelo contrário, desafiar está ao alcance de todos, seja homem ou mulher, e depende do livre arbítrio de cada pessoa: é um acto individual que não recai especialmente na família ou no grupo» (p. 159).

Nada mais refrescante então do que ler, através desta óptica geográfico-cultural muito precisa, a análise (embora curta, repetimos, a nosso ver) das *discórdias* e formas locais de *violência* despoletadas pela água de rega: roubos, *o jogo das triades*, a troca de «bocas» hierárquica, a bebida, as provocações, *bluffs* diversos e, em geral, um tipo não mediterrânico de *desafio*.

Mas serão quatro pontos de discussão e reflexão menor, estimulados que são apenas pelas mais ricas obras de etnografia local.

Na sequência das pesquisas antropológicas pormenorizadas desenvolvidas no Minho (arriscar-me-ia a dizer, em moldes «modernistas»?) por Colette Callier-Boisvert, João de Pina Cabral, Alice Gerald e Sally Cole, a obra de Fabienne Wateau vem claramente enriquecer os nossos conhecimentos do Noroeste e — num contexto mais amplo, em matéria de irrigação, conflitos e igualitarismo — a antropologia do Norte do país em geral.

BRIAN JUAN O'NEILL